



PLANEJAMENTO PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO DE VIABILIDADE EM ATENDIMENTO À IN 22/2015 - TCE/SC

ART. 5º A DOCUMENTAÇÃO DA ETAPA DE PLANEJAMENTO DEVERÁ COMPROVAR A REALIZAÇÃO, NO MÍNIMO, DOS SEGUINTES PROCEDIMENTOS E/OU ESTUDOS:

1. PROCEDIMENTOS PRELIMINARES [Art. 5º, I]

I. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO QUE DESCREVA CONDIÇÕES TÉCNICAS, DEMANDAS, CUSTOS E NECESSIDADES A SATISFAZER; [ART. 5º, I, A]:

Atualmente, o Município de Maravilha não dispõe de sistema de estacionamento rotativo, contando apenas com estacionamento convencional, composto por vagas padrão e sem cobrança pelo uso. Nesse contexto, a demanda por vagas supera a capacidade de oferta, especialmente nos horários de maior movimento comercial, ocasionando elevados índices de ocupação, impactos na fluidez do trânsito, congestionamentos e frequentes reclamações por parte da população.

II. PARECER JURÍDICO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO, BASEADO EM RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A ADMISSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DO OBJETO PRETENDIDO SOB A FORMA DE PPP OU CONCESSÃO COMUM; [ART. 5º, I, B]

O parecer jurídico elaborado conclui pela admissibilidade da contratação mediante concessão pública para implantação e operação do sistema de estacionamento rotativo, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.987/95, atestando, ainda, a viabilidade da concessão de serviços públicos sem a necessidade de contraprestação pecuniária por parte do Poder Público Concedente. Referido parecer estará devidamente anexado ao rol de documentos que instruem o processo, passando a integrá-lo para todos os fins legais e administrativos.



III. ATO DA AUTORIDADE COMPETENTE, DEVIDAMENTE MOTIVADO, DETERMINANDO A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS/PROJETOS OU, NO CASO DE PMI, A DEVIDA AUTORIZAÇÃO AO PARCEIRO PRIVADO PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS E PROJETOS; [ART. 5º, I, C]

O Prefeito Municipal, por meio dos Decretos nºs 1.213 e 1.214/2025 e de documento complementar, autorizou formalmente a elaboração dos estudos técnicos necessários à viabilização da concessão do sistema de estacionamento rotativo, designando a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo como responsável pela coordenação, acompanhamento e condução do respectivo processo administrativo. Os referidos decretos estarão devidamente anexados ao rol de documentos que instruem o procedimento, passando a integrá-lo para todos os fins legais e administrativos.

IV. RELATÓRIO COM INDICAÇÃO PRELIMINAR DOS OBJETIVOS, RESULTADOS, GANHOS GLOBAIS E VANTAGENS ESPERADAS PARA A CONTRATAÇÃO SOB PPP OU CONCESSÃO COMUM, EM RELAÇÃO À CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (FEDERAL) N. 8.666/93 – 14.133/2021; [ART. 5º, I, D]

O objetivo da concessão consiste na modernização da infraestrutura do sistema de estacionamento rotativo, visando ampliar a rotatividade das vagas, otimizar a utilização do espaço público e incrementar a arrecadação proveniente da tarifa de estacionamento, de modo a atender à crescente demanda existente na área central do Município de Maravilha.

O crescimento contínuo da frota de veículos, aliado à insuficiência de espaços destinados ao estacionamento no Município de Maravilha, evidencia a necessidade de adoção de medidas estratégicas voltadas à melhoria da mobilidade urbana e da organização do trânsito local.

Conforme dados obtidos junto ao IBGE, referentes ao mês de dezembro dos últimos cinco anos, verifica-se que o Município de Maravilha apresenta percentual de crescimento da frota de veículos superior ao registrado no Estado de Santa Catarina. Soma-se a isso o significativo fluxo diário de veículos oriundos de municípios vizinhos, circunstância que reforça a necessidade imediata de implementação de ações



destinadas à melhoria da fluidez e da segurança viária, dentre as quais se destaca a implantação do sistema de estacionamento rotativo.

Diante desse cenário, o Poder Público Municipal vê-se na obrigação de adotar medidas que promovam a mobilidade urbana e assegurem o acesso democrático da coletividade às áreas de maior circulação de veículos e pessoas, garantindo melhor utilização do espaço público. Nesse contexto, a implantação do Sistema de Estacionamento Rotativo apresenta-se como a alternativa mais adequada para o enfrentamento da problemática identificada.

O Sistema de Estacionamento Rotativo tem como finalidade promover a rotatividade das vagas de estacionamento nas áreas de intensa atividade comercial do Município de Maravilha, adequando a oferta de vagas à demanda existente, democratizando sua utilização pela população e proporcionando melhores condições para que usuários realizem suas atividades comerciais e de prestação de serviços nessas regiões.

V. RELAÇÃO DE ESTUDOS, INVESTIGAÇÕES, LEVANTAMENTOS, PROJETOS, OBRAS, DESPESAS E INVESTIMENTOS JÁ EFETUADOS, CASO HAJA, VINCULADOS AO OBJETO A SER LICITADO, COM A DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS CORRESPONDENTES; [ART. 5º, I, E]

Foram realizados estudos técnicos preliminares por empresa especializada, os quais serviram de base para a modelagem inicial do projeto, tendo sido posteriormente revisados e atualizados pela Administração Pública em razão da evolução das premissas e da necessidade de adequação às condições atuais.

VI. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO MERCADO, DEMONSTRANDO CAPACIDADE, VANTAGEM E INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA; [ART. 5º, I, F]

A pesquisa de mercado realizada fundamentou-se na análise de empresas especializadas na gestão de sistemas de estacionamento rotativo, constatando-se a existência, no mercado, de empresas aptas a assumir a concessão, com experiência comprovada em municípios de porte e demanda semelhantes ao do Município de Maravilha.

Ressalta-se, contudo, que as solicitações de cotação encaminhadas pela Administração



Pública não obtiveram retorno quanto à apresentação de orçamentos. Diante desse cenário, a pesquisa de mercado foi complementada com base na análise de concessões similares implementadas em municípios com características compatíveis em relação ao porte populacional e à demanda de utilização do sistema de estacionamento rotativo.

VII. VERIFICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO; [ART. 5º, I, G]

A concessão do estacionamento rotativo não implicará em despesas diretas para o município, sendo um projeto que será integralmente custeado pela empresa concessionária, conforme estabelecido no contrato de concessão. Portanto, não há previsão de despesas a serem suportadas pelo orçamento municipal para a implementação e operação do sistema de estacionamento rotativo.

VIII. INSTITUIÇÃO DO GESTOR DA PPP OU CONCESSÃO COMUM OU ATO DE DESIGNAÇÃO DE EQUIPE ESPECÍFICA PARA ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À LICITAÇÃO E À CONTRATAÇÃO; [ART. 5º, I, H]

A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo foi designada como unidade gestora do projeto, sendo a equipe responsável composta pelos servidores Layana Aparecida Gemelli Miotto, na função de Gestora do Contrato, e Bianca Gudiel Rex, na função de Coordenadora de Fiscalização.

2. ESTUDOS DE VIABILIDADE JURÍDICA, TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA [Art. 5º, II]

I. PROJEÇÃO DETALHADA DA DEMANDA; [ART. 5º, II, a]

A demanda pelo serviço de estacionamento rotativo foi projetada com base em dados históricos relacionados ao fluxo de veículos e aos índices de ocupação das vagas na área central do Município. As estimativas indicam tendência de crescimento significativo da utilização do sistema ao longo dos próximos anos, especialmente em períodos de



maior movimentação comercial e durante a realização de eventos municipais, ocasiões em que se verificam picos elevados de demanda.

II. PROJEÇÃO DE CUSTO DAS OBRAS E INVESTIMENTOS PREVISTOS, COM DATA DE REFERÊNCIA DE SUA ELABORAÇÃO; [ART. 5º, II, B]

Considerando a natureza da presente concessão, não estão previstas obras públicas a serem executadas pelo Poder Concedente, tampouco investimentos diretos por parte da Administração Pública.

Os investimentos necessários à implantação, operação, manutenção e gestão do sistema de estacionamento rotativo serão integralmente realizados pela futura concessionária, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, abrangendo, dentre outros:

- fornecimento e instalação de sinalização vertical e horizontal;
- disponibilização de sistemas informatizados de gestão e controle;
- aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos e operacionais;
- estruturação de central de atendimento e suporte ao usuário;
- mobilização de equipe operacional e administrativa.

A data-base de referência para estimativa dos investimentos corresponde ao exercício de 2026, conforme parâmetros considerados no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira.

III. CADASTRO DE INTERFERÊNCIAS EXISTENTES NOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E LEVANTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES NECESSÁRIAS; [ART. 5º, II, C]

Considerando que o objeto da concessão não contempla a execução de obras públicas pelo Poder Concedente, tampouco intervenções estruturais em bens públicos que demandem alterações físicas relevantes, não há interferências técnicas a serem cadastradas nem desapropriações a serem realizadas.

Conforme declaração específica constante dos autos, a implantação e operação do sistema ocorrerão mediante utilização de áreas públicas já existentes, sem necessidade



de remoção de infraestrutura, intervenções em redes públicas ou ocupações que impliquem em restrições de uso de bens de terceiros.

Dessa forma, nos termos do art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa nº 22/2015 do TCE/SC, considera-se materialmente inaplicável a exigência de cadastro de interferências e levantamento de desapropriações para o presente projeto.

IV. DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS ESTIMADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS; [ART. 5º, II, D]

Os custos e despesas estimados para a execução do objeto da concessão foram identificados com base no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, compreendendo todos os dispêndios necessários à implantação, operação e manutenção do sistema, sendo integralmente suportados pela concessionária.

Dentre os principais componentes de custo, destacam-se:

- I – despesas com pessoal operacional, administrativo e de fiscalização;
- II – encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- III – aquisição, implantação e manutenção de sistemas tecnológicos e softwares de gestão;
- IV – aquisição e manutenção de equipamentos operacionais e dispositivos de controle;
- V – custos com sinalização viária horizontal e vertical;
- VI – despesas com atendimento ao usuário e suporte técnico;
- VII – custos administrativos gerais, incluindo estrutura física, energia, telecomunicações e materiais de expediente;
- VIII – despesas com seguros, tributos e encargos legais;
- IX – custos com manutenção preventiva e corretiva do sistema.

A estrutura de custos adotada observa as práticas de mercado e foi considerada na modelagem econômico-financeira da concessão, servindo de base para a análise de viabilidade e equilíbrio contratual.

A estimativa quantitativa dos custos encontra-se detalhada na planilha de modelagem econômico-financeira anexa ao processo, a qual contempla os valores projetados, premissas adotadas e memória de cálculo.



V. PROJEÇÃO DAS RECEITAS OPERACIONAIS; [ART. 5º, II, E]

A projeção das receitas operacionais da concessão foi elaborada com base na estimativa de demanda apresentada no Estudo Técnico Preliminar, considerando o número estimado de vagas, a taxa média de ocupação, o tempo médio de permanência dos veículos e os valores tarifários estabelecidos na legislação municipal.

A remuneração da concessionária decorrerá exclusivamente da cobrança de tarifas diretamente dos usuários do sistema de estacionamento rotativo, não havendo qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente.

A modelagem adotada considera como variável principal a arrecadação bruta mensal do sistema, sobre a qual incidirá o percentual de outorga a ser ofertado pela concessionária, conforme definido no edital e no contrato.

Ressalta-se que a estimativa de receitas possui caráter referencial, estando sujeita a variações decorrentes de fatores como comportamento da demanda, sazonalidade, alterações na dinâmica urbana e nível de adesão dos usuários, sendo tais riscos integralmente assumidos pela concessionária.

VI. EVENTUAIS FONTES DE RECEITAS ALTERNATIVAS, COMPLEMENTARES, ACESSÓRIAS OU DECORRENTES DE PROJETOS ASSOCIADOS; [ART. 5º, II, F]

Além da receita principal decorrente da cobrança de tarifas dos usuários, a concessão poderá contemplar receitas acessórias, desde que previamente autorizadas pelo Poder Concedente e previstas no contrato.

Dentre as possíveis fontes de receitas complementares, destacam-se:

- I – exploração de espaços publicitários vinculados ao sistema (aplicativos, equipamentos, sinalização e materiais informativos);
- II – receitas decorrentes de regularização de uso irregular das vagas, conforme regulamentação municipal;
- III – integração com plataformas digitais de mobilidade urbana;
- IV – outras receitas acessórias compatíveis com o objeto da concessão e previamente autorizadas pela Administração.



Tais receitas deverão observar os limites estabelecidos no contrato e poderão ser consideradas na modelagem econômico-financeira da concessão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema e a modicidade tarifária.

VII. DOCUMENTOS E PLANILHAS DESENVOLVIDOS PARA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EMPREENDIMENTO, INCLUSIVE EM MEIO ELETRÔNICO, COM FÓRMULAS DISCRIMINADAS, SEM A EXIGÊNCIA DE SENHAS DE ACESSO OU DE QUALQUER FORMA DE BLOQUEIO AOS CÁLCULOS, E, QUANDO FOR O CASO, DESCRIÇÃO DO INTER-RELACIONAMENTO DAS PLANILHAS APRESENTADAS; [ART. 5º, II, G]

A planilha de modelagem econômico-financeira encontra-se disponível em formato eletrônico, contendo todas as fórmulas, parâmetros e premissas adotadas de forma aberta e transparente, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 22/2015.

VIII. RELATÓRIO CONTENDO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO, INCLUINDO A AVALIAÇÃO DE PASSIVO AMBIENTAL, O ESTUDO DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE E AS PROVÁVEIS MEDIDAS MITIGADORAS OU COMPENSATÓRIAS, CONFORME O CASO; [ART. 5º, II, H]

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, consistente na concessão dos serviços de implantação, operação e exploração do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago em vias públicas já existentes, não há previsão de execução de obras civis relevantes, intervenções estruturais ou alteração física significativa do meio ambiente.

Dessa forma, não se configura área de influência ambiental específica, tampouco geração de impactos ambientais diretos ou passivos ambientais decorrentes da implantação do sistema.

As intervenções previstas restringem-se à instalação de sinalização horizontal e vertical e à utilização de sistemas tecnológicos, não implicando degradação ambiental relevante.



Assim, conclui-se pela não aplicabilidade de estudo ambiental detalhado, sem prejuízo do cumprimento, pela futura concessionária, de todas as normas ambientais eventualmente incidentes durante a execução contratual.

Além disso, deverá ser promovida avaliação específica acerca dos impactos decorrentes das intervenções nas áreas de circulação de pedestres, com a finalidade de assegurar a adequada acessibilidade, segurança e preservação da mobilidade urbana durante a execução do objeto.

Ressalta-se, ainda, que caberá à concessionária a responsabilidade pelo cumprimento das normas ambientais e urbanísticas aplicáveis, bem como pela obtenção de autorizações eventualmente exigidas pelos órgãos competentes, caso necessárias à implantação, operação e manutenção do sistema, nos termos da legislação vigente.

IX. TRATAMENTO DE RISCOS, CONTENDO: IDENTIFICAÇÃO; MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR DE RISCOS; INDICAÇÃO DA CONVENIÊNCIA E POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA À CONCESSIONÁRIA; MATRIZ CONSOLIDADA, EXPLICITANDO RISCOS, IMPACTOS, CUSTOS E RESPECTIVA ALOCAÇÃO E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO OU COMPENSATÓRIAS, CONFORME O CASO; [ART. 5º, II, I]

Foi elaborada matriz de riscos contemplando a identificação dos principais riscos relacionados ao projeto, dentre os quais se destacam eventuais falhas nos equipamentos, instabilidades operacionais e a possível resistência da população à implantação do novo sistema de estacionamento rotativo.

Como medidas de mitigação, prevê-se a realização de campanhas educativas e informativas junto à comunidade, bem como a capacitação e o treinamento contínuo dos profissionais envolvidos na operação e fiscalização do sistema, visando assegurar maior eficiência operacional e adequada adaptação dos usuários ao novo modelo.

X. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROJETADOS, DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS; [ART. 5º, II, J]

Os critérios de avaliação de desempenho definidos para o projeto contemplam, entre



outros indicadores, a taxa de ocupação das vagas, a arrecadação mensal do sistema e o nível de satisfação dos usuários. Tais indicadores serão acompanhados por meio de metas trimestrais, cuja avaliação ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, com o objetivo de monitorar a eficiência operacional, a qualidade dos serviços prestados e o atendimento às finalidades da concessão.

XI. EXPLICITAÇÃO DA POTENCIAL RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO, APRESENTANDO COMPARAÇÃO OBJETIVA ENTRE A CONTRATAÇÃO POR PPP OU CONCESSÃO COMUM E A MELHOR OPÇÃO POSSÍVEL ENTRE AS DEMAIS MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO-SE A AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E CUSTOS OPERACIONAIS, O NÍVEL DE DESEMPENHO PRETENDIDO E A DISTRIBUIÇÃO DE RISCOS EM CADA CASO; [ART. 5º, II, K]

A comparação entre a execução direta pelo Município e a concessão do sistema de estacionamento rotativo evidencia que a gestão por empresa privada especializada, mediante contrato de concessão de uso, apresenta-se como alternativa mais eficiente e adequada à realidade do projeto.

Nessa modalidade, considerando tratar-se de empresa com experiência comprovada na implantação e operação de sistemas de estacionamento rotativo, todas as obrigações e encargos inerentes à execução dos serviços serão de responsabilidade da concessionária, incluindo a implantação da infraestrutura necessária, fornecimento e manutenção dos equipamentos, contratação e capacitação de monitores, operação do sistema, fiscalização e demais atividades indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico, a contratação de entidade privada, sob o regime de concessão, para implantação e operação do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago mostra-se como a solução mais vantajosa e eficiente para a Administração Pública, assegurando maior capacidade técnica, eficiência operacional, modernização da gestão do espaço público e melhoria da mobilidade urbana no Município de Maravilha.



XII. DEFINIÇÃO DO PARÂMETRO OU DO INDICADOR A SER UTILIZADO PARA A AFERIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DE PPP OU DE CONCESSÃO COMUM, BEM COMO JUSTIFICATIVA PARA A SUA ADOÇÃO; [ART. 5º, II, L]

O índice adotado para aferição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será o “Fator de Rentabilidade do Projeto”, calculado com base na receita líquida mensal proveniente das tarifas de estacionamento, devidamente ajustada pelos índices oficiais de inflação aplicáveis, de modo a assegurar a manutenção das condições econômicas inicialmente pactuadas e o equilíbrio da relação contratual ao longo da execução da concessão.

XIII. MINUTA DO EDITAL E DO RESPECTIVO CONTRATO; [ART. 5º, II, M]

A minuta do edital e do contrato de concessão encontra-se devidamente elaborada, contemplando, de forma detalhada, todas as cláusulas e condições pertinentes aos aspectos financeiros, mecanismos de fiscalização, obrigações das partes, critérios de avaliação e indicadores de desempenho, assegurando maior segurança jurídica, transparência e eficiência à futura execução contratual. Referidos documentos estarão devidamente anexados ao rol de documentos que instruem o processo, passando a integrá-lo para todos os fins legais e administrativos.

3. DEMONSTRATIVO, ACOMPANHADO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO ANALÍTICA, DO IMPACTO DA CONTRATAÇÃO DA PPP SOBRE AS METAS DE RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA LÍQUIDA DO PODER CONCEDENTE, PARA TODO O EXERCÍCIO FINANCEIRO A QUE SE REFERIREM E PARA OS DEMAIS EXERCÍCIOS SEQUINTE, DISCRIMINANDO VALORES A SEREM COMPENSADOS POR MEIO DE AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA OU REDUÇÃO PERMANENTE DE DESPESA, CONFORME ANEXOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO -, RELATIVOS A ESSES ITENS, NOS TERMOS DOS ARTS. 10 DA LEI (FEDERAL) N. 11.079, DE 2004, E 16, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR (FEDERAL) N. 101, DE 2000; [ART. 5º, III]

Considerando que a presente contratação será estruturada sob a forma de concessão



comum de serviço público, nos termos da Lei Federal nº 8.987/1995, sem previsão de contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente, não haverá impacto direto sobre as metas de resultado nominal e primário, nem sobre o montante da dívida pública do Município.

A remuneração da concessionária decorrerá exclusivamente da arrecadação tarifária paga pelos usuários do sistema, inexistindo obrigações financeiras diretas do Município ao longo da execução contratual.

Dessa forma, nos termos do art. 16, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000, e do art. 10 da Lei nº 11.079/2004, considera-se que a contratação não gera impacto orçamentário-financeiro para o ente público, sendo desnecessária a apresentação de medidas compensatórias.

4. DEMONSTRATIVO, ACOMPANHADO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO ANALÍTICA, NOS TERMOS DO ART. 10, I, C, DA LEI (FEDERAL) N. 11.079, DE 2004, DO IMPACTO DA CONTRATAÇÃO SOBRE: [ART. 5º, IV]

A presente contratação não se enquadra como Parceria Público-Privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004, mas sim como concessão comum de serviço público.

Dessa forma, não se aplicam ao presente projeto as exigências relativas à demonstração de impacto previstas no art. 10, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 11.079/2004.

Caberá à concessionária a responsabilidade pela obtenção de eventuais licenças ambientais e pela adoção das medidas mitigadoras necessárias, quando exigidas pela legislação aplicável.

5. DESCRIÇÃO DAS GARANTIAS A SEREM PRESTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ESTUDO DE SUA VIABILIDADE, QUE DEVERÁ CONTER, PELO MENOS, AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: [ART. 5º, V]

Considerando que a presente contratação será formalizada sob o regime de concessão comum de serviço público, sem previsão de contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente, não há previsão de prestação de garantias públicas em favor da concessionária.



I. valor total esperado, ao longo do prazo da parceria, das obrigações pecuniárias do parceiro público; [Art. 5º, V, a]

Inexistente, tendo em vista que não haverá pagamentos diretos pelo Município;

II. matriz de riscos assumidos pelo parceiro público, com a respectiva mensuração; [Art. 5º, V, b]

A alocação detalhada dos riscos encontra-se consolidada na matriz de riscos anexa ao processo, a qual estabelece, de forma clara, a distribuição entre Poder Concedente e concessionária, bem como os mecanismos de mitigação e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

III. custos e benefícios das garantias outorgadas; [Art. 5º, V, c]

Não aplicável, em razão da inexistência de garantias públicas;

IV. forma de remuneração e de atualização dos valores contratuais; [Art. 5º, V, d]

Exclusivamente tarifária, paga diretamente pelos usuários, com incidência de outorga ao Poder Concedente, nos termos do edital e do contrato.

6. NORMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO PELO GESTOR DO PROCESSO, COM ESTIMATIVA DE GASTOS COM A FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO CONTRATO, AO LONGO DE SUA EXECUÇÃO; [ART. 5º, VI]

O sistema de fiscalização operacional do estacionamento rotativo será executado por fiscais próprios contratados e mantidos pela concessionária, a quem caberá a operação, o monitoramento e o controle cotidiano das atividades inerentes à prestação dos serviços. Por sua vez, competirá ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, com a finalidade de verificar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão, bem como assegurar a adequada, eficiente e contínua prestação dos serviços públicos concedidos.



7. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E/OU OS DOCUMENTOS REFERENTES A CONSULTAS PÚBLICAS E MANIFESTAÇÕES DE REPRESENTANTES DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE ACERCA DO PROJETO. [ART. 5º, VII]

§1º Cada empreendimento de PPP ou Concessão Comum deverá ter identificação específica, com os documentos impressos e digitalizados, armazenados em meio ótico ou eletrônico, mantidos acessíveis à fiscalização do TCE e organizados, preferencialmente, em ordem cronológica dos fatos.

§2º Na hipótese de projetos suspensos ou abandonados, retomados em função de fatores supervenientes que venham a indicar cenário favorável à contratação por PPP ou Concessão Comum, o eventual aproveitamento dos estudos anteriormente realizados deverá observar a necessidade de nova análise para revisão e atualização criteriosa dos valores projetados, devidamente comprovados pelo gestor do poder concedente.

§3º Caso os estudos de viabilidade econômico-financeira sejam oriundos de PMI, a escolha do projeto ou combinação entre propostas deverá ser justificada em relatório fundamentado, devidamente aprovado pela autoridade competente.

Em atendimento ao disposto no art. 5º, inciso VII, da Instrução Normativa nº 22/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, apresenta-se o presente documento com a finalidade de registrar as informações relativas à participação social e às medidas de transparência adotadas no âmbito do processo de concessão onerosa dos serviços públicos de implantação, operação, manutenção, apoio técnico, controle, monitoramento e exploração do sistema de estacionamento rotativo pago em áreas públicas do Município de Maravilha/SC.

O objeto da futura concessão compreende todos os recursos materiais, tecnológicos, sistêmicos, de sinalização e de atendimento necessários ao pleno e adequado funcionamento do sistema, encontrando-se amparado pela Lei Municipal nº 4.423/2025 e regulamentado pelos Decretos Municipais nºs 1.213/2025 e 1.214/2025.



Após análise técnica, administrativa e jurídica das características do objeto, bem como do contexto regulatório e operacional aplicável, a Administração Municipal optou pela não realização de audiência pública ou consulta pública específica para o presente procedimento licitatório, considerando que o serviço já se encontra previamente regulamentado em legislação municipal específica, com parâmetros técnicos, operacionais e tarifários devidamente definidos.

A estrutura tarifária e as condições de execução do serviço foram estabelecidas com base em estudos técnicos e levantamento de valores praticados no mercado regional, buscando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da futura concessão, a modicidade tarifária e a adequada prestação do serviço público.

Além disso, observou-se que o objeto possui natureza predominantemente técnico-administrativa, com impacto operacional restrito à gestão do estacionamento rotativo municipal, circunstância que não evidenciou a necessidade de ampla discussão pública acerca da modelagem adotada, especialmente considerando que a matéria já foi submetida à apreciação do Poder Legislativo Municipal durante a tramitação da Lei Municipal nº 4.423/2025.

Ressalta-se, ainda, que a Administração Municipal adotou medidas destinadas a garantir a publicidade, transparência e controle social do procedimento, dentre as quais destacam-se:

- a)** publicação da Lei Municipal nº 4.423/2025 e dos Decretos Municipais nºs 1.213/2025 e 1.214/2025 nos canais oficiais do Município;
- b)** disponibilização dos documentos do processo licitatório, minutas e demais elementos técnicos no Portal da Transparência do Município;
- c)** tramitação legislativa regular da Lei Municipal nº 4.423/2025 perante a Câmara Municipal de Maravilha/SC, com realização de sessões públicas para apreciação e deliberação da matéria;
- d)** divulgação dos atos administrativos relacionados ao certame no Diário Oficial dos Municípios e demais canais oficiais de comunicação institucional;
- e)** disponibilização, em anexo, dos links e documentos pertinentes à legislação, regulamentação e demais atos relacionados ao processo de concessão.



Dessa forma, embora não tenham sido realizadas audiências públicas ou consultas públicas formais específicas para o presente projeto, a Administração Municipal entende que as medidas adotadas asseguram a observância dos princípios da publicidade, transparência, eficiência e controle social, em conformidade com a legislação aplicável e as orientações dos órgãos de controle.

Por fim, registra-se que a Administração Municipal permanece comprometida com o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de participação social e transparência administrativa, especialmente em futuras revisões, ampliações ou aperfeiçoamentos relacionados ao serviço público concedido.

LAYANA APARECIDA GEMELLI MIOTTO

Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo